

Nosso Patrimônio Histórico

O Palácio do Governo

13

Jeanne Fonseca Leite Nesi (*)

Em meados do século passado, funcionavam no local do atual Palácio do Governo do Estado, a Assembléia Legislativa, no andar superior, e a Tesouraria Provincial, ocupando o andar térreo.

Em fevereiro de 1861, o presidente José Bento da Cunha Trigueiro Jr. determinou a recuperação da Casa e a pintura de suas fachadas. A fachada principal dava para a rua da Conceição, e do lado esquerdo do prédio havia um beco, chamado o Beco do Erário, hoje inexistente. Um quarteirão inteiro foi demolido, construindo-se no terreno desocupado a atual praça 7 de Setembro.

O então Diretor de Obras Públicas propôs a demolição do sótão do prédio da Tesouraria e a ampliação do imóvel até à Rua Grande, que hoje corresponde à praça André de Albuquerque.

Em 1866, o presidente Olintho José Meira elaborou o seu Relatório anual, em que sugeriu a reedificação do antigo prédio da Assembléia, também ocupado pela Tesouraria Provincial: "Depois de muitas conjecturas e planos para a reedificação do acanhado e mal construído edifício, em que funcionava a Assembléia e, no andar térreo, a Tesouraria Provincial, determinei que fosse completamente demolido para fazer-se um edifício em tudo novo e com largas proporções, capaz de acomodar não só a Assembléia e Tesouraria, mas também a Câmara Municipal, Tribunal do Júri e alguma outra repartição, ficando assim de uma vez satisfeitas muitas necessidades, com mais economia, do que se estivesse de fazer dois ou mais edifícios, embora cada um em menores proporções".

Naquele mesmo ano de 1866, teve início a construção do prédio, mediante projeto do engenheiro Ernesto Augusto Amorim do Vale. O orça-



mento inicial da obra, calculado em 77: 797\$168 (setenta e sete contos, setecentos e noventa e sete mil, cento e sessenta e oito réis), foi aprovado. Foram gastos ainda 1:500\$000 (um conto e quinhentos mil réis), com a desapropriação de uma casa pertencente ao Pe. Francisco de Paula Soares da Câmara, cuja situação correspondia ao atual parque do Palácio.

O presidente Luís Barbosa da Silva, em Relatório de 1º de janeiro de 1866, descrevia a grandiosidade da obra, superdimensionada para a época; Felizmente, as obras continuaram... A construção perdurou por quase 8 anos, sendo o prédio afinal concluído e inaugurado em 17 de março de 1873. Custou à Província a quantia de 139:169\$066 (cento e trinta e nove contos, cento e sessenta e nove mil e sessenta e seis réis), quase o dobro do orçamento inicial.

Em 11 de junho de 1873, o presidente em exercício, Cel. Bonifácio Francisco Pinheiro da Câmara, por ocasião da abertura dos trabalhos da Assembléia Provincial, referiu-se ao prédio inaugurado: "Acham-se atualmente nele funcionando, e comodamente, a Tesouraria Provincial e a

Repartição dos Correios, no andar térreo, sendo destinado o andar superior para as vossas sessões, as da Câmara Municipal e do Júri". A repartição dos Correios funcionava na parte do prédio que dava para a Rua Grande, pagando o aluguel mensal de 16\$000 (dezesseis mil réis).

O prédio continuou abrigando o Tesouro Provincial, até 10 de março de 1902, quando o então governador Alberto Maranhão transferiu a sede do Executivo, da rua do Comércio (hoje, Chile), na Ribeira, para o prédio da atual praça 7 de Setembro.

O DIÁRIO DO NATAL, de 11 de março de 1902, publicou uma nota sobre o Palácio do Governo: "Está já funcionando a Secretaria do Governo no edifício do Tesouro, Cidade Alta, e ali dando as suas audiências o Governador do Estado, que tem sua residência habitual na rua São Tomé".

O jornal A REPÚBLICA, publicou em 25 de fevereiro do mesmo ano: O Congresso Legislativo vai para os salões da Intendência Municipal, que por sua vez transfere-se para a casa da Junqueira Aires".

O prédio, em estilo neoclássico, foi

construído em dois pavimentos, com partido de planta retangular. Possui telhado de quatro águas, arrematado por platibanda corrida. Apresenta uma fachada perfeitamente simétrica. Possui portada central, com três vãos em arco pleno emoldurados por colunas e cunhais, ladeada por janelas de vergas retas. O pavimento superior apresenta janelas rasgadas, com guarda-corpo de ferro, e na parte central uma sacada corrida. Ostenta um frontão triangular com brasão no tímpano. Sobre a janela central, vê-se a inscrição de uma data - 1868 -, provavelmente o ano em que foi concluída a fachada, pois não guarda qualquer relação com o início ou a conclusão do prédio.

Através do Decreto nº 2.521, de 10.12.1954, o prédio passou a ter a denominação de **Palácio Potengi**. Na ocasião, foram inauguradas obras de melhoramento introduzidas no prédio, comparecendo às festividades o Presidente da República, o norte-riograndense Café Filho.

A designação de Palácio Potengi foi revogada pelo Decreto nº 3.803, de 31.1.1961, que determinou fosse o prédio denominado de **Palácio da Esperança**. O tradicional nome de Palácio Potengi foi restabelecido através do Decreto nº 5.471, de 15.3.1971, permanecendo até os dias atuais.

O Palácio conserva-se em bom estado e foi tombado, a nível nacional, aos 11 de junho de 1965.

FONTES - "Uma História da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte", de Luís da Câmara Cascudo, Fund. J. Augusto, Natal, 1972; Jornais "Diário do Natal", de 11.3.1902, e "A República", de 25.2.1902; outras pesquisas desenvolvidas pela própria autora.

(*) Arquiteta da Coordenadoria de Atividades do Patrimônio Histórico e Artístico da Fundação José Augusto